



# **APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS NA CONCEPÇÃO DO CAPITALISMO E SUA RELAÇÃO COM A RELIGIÃO: DIÁLOGO ENTRE WEBER E MARX**

## **CONCERNING APPROACHES AND DIVERGENCES IN THE UNDERSTANDING OF CAPITALISM AND ITS RELATION WITH RELIGION: A DIALOGUE BETWEEN WEBER AND MARX**

**Cátia Cilene Lima Rodrigues**

Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia Social da Religião pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora do Laboratório de Psicologia da Religião do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP-SP). Docente das disciplinas Ética e Cidadania e Psicologia da Religião na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: [catiacr@mackenzie.com.br](mailto:catiacr@mackenzie.com.br)

## RESUMO

---

Com base no referencial teórico de Giddens (1997), o presente artigo mostra como Karl Marx e Max Weber, clássicos no estudo da sociologia, entenderam a relação entre capitalismo e religião. Ambos os autores entendem que a religião é de fundamental importância para a compreensão da sociedade. O artigo mostra as abordagens e conclusões dos dois autores quanto a essa questão.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Capitalismo; Religião; Sociedade; Weber; Marx.

## ABSTRACT

---

This article uses Giddens (1997) as a theoretical tool to show how Karl Marx and Max Weber, classics in the study of Sociology, understood the relationship between Capitalism and Religion. Both authors agree in the importance of Religion to understand society. The article presents approaches and conclusions of the above mentioned authors regarding such important question.

## KEYWORDS

---

Capitalism; Religion; Society; Weber; Marx.

## 1. INTRODUÇÃO

---

De acordo com Giddens (1997), o estudo dos autores clássicos em sociologia é essencial para compreender a sociedade moderna, bem como para perceber o processo sócio-histórico dos fatos sociais que desencadearam a situação presente. Para esse autor, é necessário se ocupar dos clássicos por serem estes fundadores com voz relevante e fonte de reflexão para os

problemas humanos sociais. Além disso, estruturam metodologicamente o olhar científico, buscando neutralidade e objetividade para a análise da realidade social, das relações humanas, das ações historicamente constituídas – uma vez que o complicador para as Ciências Humanas é o fato de que o objeto de análise constitui também o que o observador é (o que não se dá nas ciências naturais, cujo objeto de análise diferencia-se daquilo que o sujeito do conhecimento também o é), e é diretamente influenciado após a conclusão da análise feita, absorvendo seus resultados e modificando-se a si mesmo.

Há, contudo, a necessidade de contextualizar os clássicos, de onde surge a possibilidade de, com base neles, criar questões para além de seus contextos, ou seja, para atualidade. Nos contextos, encontramos os motivos pelos quais os autores escrevem e a que eles respondem: para Giddens (1997), as questões dos autores clássicos continuam a nortear as questões atuais em Ciências Sociais. Todavia, isso não sugere que os pensamentos clássicos sejam intocáveis ou inatingíveis; e disso surge mais uma relevância no estudo dos autores clássicos: as idéias existem para ser criticadas, debatidas e questionadas. Suas hipóteses não existem para ser provadas, mas, como qualquer outra hipótese em Ciência Social, as questões existem para ser trabalhadas e analisadas e, ao final, abrir ainda mais questões: para o pesquisador, para seu leitor, para sociedade, no sentido do rompimento dos paradigmas e em direção ao conhecimento – que se define como interminável quando se trata do ser humano e das relações sociais, sempre em transformação.

No que se refere à religião, tanto Marx como Weber, embora não religiosos, ao proporem compreender a sociedade moderna e o sistema que a define, o capitalismo, a analisam, dado o importante papel da religião para a compreensão da sociedade. No Ocidente católico, a tensão entre o cristianismo e a modernidade, é marcada pela resistência da religião à ciência, à sua liberdade e à autonomia de pensamento. Se a sociedade é composta de relações humanas baseadas em regras por aquela determinadas, cabe à sociologia analisar os fatos sociais. Assim, tais autores analisam a religião não em si, substancialmente, mas como fato social: o que lhes interessa são os efeitos sociais do fato de existirem crenças e discursos religiosos. Desse modo, entendem que o discurso religioso transforma e modifica o pensamento e as ações dos grupos sociais,

bem como as relações de classe, etnia e gênero, que são elementos fundamentais para o funcionamento da sociedade.

Desse modo, este trabalho se propõe a revisar e discutir alguns autores que se dedicaram a analisar as diferenças e aproximações no pensamento de Marx e Weber, especificamente na relação entre religião e capitalismo, com o objetivo não só de esclarecer seus posicionamentos, mas também de desmitificar o suposto antagonismo total entre suas conclusões.

## 2. O CONTEXTO HISTÓRICO E O PENSAMENTO DE WEBER E MARX

---

Giddens (1997) aponta três aspectos a serem ressaltados sobre as visões de Weber:

- Atitude quanto ao Partido Social Democrático, principal agente político marxista na Alemanha em seu tempo.
- Visão sobre contribuições acadêmicas dos autores marxistas.
- Concepções sobre as idéias originais de Marx.

Para este autor, a questão fundamental tanto para Weber como para Marx era o desenvolvimento do capitalismo moderno na Europa. Giddens (1997) procura analisar a relação entre os dois sociólogos com base na contextualização político-social do século XIX: Weber não trabalhava replicando Marx, mas integrando um debate em relação a uma força com grande papel político e intelectual na Alemanha – o marxismo.

Sendo assim, em seu texto acerca do pensamento weberiano e marxista sobre o capitalismo, Giddens (1997) se propõe a trabalhar o fundamento histórico do desenvolvimento da sociedade alemã no século XIX, as atitudes de Weber e sua visão de Marx, e o problema analítico, para observar similaridades e divergências lógicas entre o pensamento dos autores.

Em sua fundamentação histórica, Giddens aponta que na virada para o século XIX a Alemanha encontrava-se subdividida, com alta rivalidade entre os principados, disputas étnicas e políticas, com estrutura econômica e social quase medieval, o que significava dificuldades para a unificação na-

cionalista. A burguesia alemã não tinha acesso ao poder na primeira metade do século XIX.

Nesse contexto, a preocupação de Marx centrava-se no atraso e na estrutura social e política do país, o que motivou seus primeiros trabalhos. Via como única possibilidade de progresso nessa situação específica a revolução radical. Marx estava consciente de que o proletariado alemão quase inexistia, e a possibilidade de revolução seria pela burguesia nesse momento, mas acreditava que a condição alemã possibilitaria uma segunda revolução, a proletária. Porém, percebe que a burguesia, antes de buscar o poder, desperdiçava sua energia em conflitos com o proletariado, que começava a se organizar, dissipando seu otimismo para um progresso imediato no país. Após os fracassos da revolução de 1848 em produzir uma reforma radical, no entanto, foram instituídas reformas sociais e políticas no país, movendo-o para além do semifeudalismo. Para Marx, o resultado foi o exílio na Inglaterra e a importância intelectual de demonstração das leis do capitalismo como sistema econômico. Para Marx (in GIDDENS, 1997, p. 77-78), a “classe operária deveria jogar todo o seu peso com a burguesia, para assegurar a revolução burguesa, que subsequentemente oferecera as condições para chegada do proletariado ao poder”, o que demonstra a coerência entre teoria e prática no âmbito dos objetivos e das estratégias.

Já Weber, com a inabilidade do liberalismo e hegemonia de Bismarck, contexto em seu momento histórico, teve fundamentação para seu conjunto de pensamento em sociologia política. Weber nasce quando o destino da Alemanha já está direcionado: o movimento operário apartado do liberal, a unificação do país, a integração política do país concluída, a industrialização diferente do processo inglês (analisado e tomado por referência por Marx), sem uma sociedade burguesa plenamente liberalizada.

Desse modo, a atitude de Weber diante de Marx e do marxismo consiste num paradoxo: se aceita e assimila muitos de seus apontamentos, critica severamente a interpretação que os autodenominados “marxistas” faziam em relação ao pensamento de Marx. Weber apontava que os liberais alemães na segunda metade do século XIX experienciavam dilemas e contradições, com a adesão aos valores liberais da liberdade individual e participação política *versus* compromisso com a

submissão e adesão forçada à ordem autocrática dominante. Weber manifesta consciência desse fato, e compreender sua apreciação da burocracia e do poder político (Bismarck) na consolidação interna e no desenvolvimento econômico do país é fundamental para entender sua abordagem da política para a sua sociologia.

### 3. BASES FUNDAMENTAIS DO PENSAMENTO DE MAX WEBER

---

Max Weber (1864-1920) viveu um período crítico no sentido social, uma vez que se constituíam os Estados europeus, havia problemática para a unificação da Alemanha e a presença de guerras na Europa. Embora defensor da neutralidade e objetividade no campo teórico, foi profundamente envolvido politicamente em seu tempo. Filho de pai político e mãe religiosa presbiteriana, seu contexto familiar fora marcado pela frequência de intelectuais da sua época. Estudou Direito, História, Economia Política e Teologia de forma profunda, embora se declarasse insensível à religião ou à espiritualidade. Contudo, apresentou simpatia compreensiva pelo fenômeno religioso na sociedade, considerando-o uma dimensão da realidade humana confrontada com a irracionalidade do mundo. Casou-se com Mariane Weber que escreveu sua biografia e compilou os textos que formam sua obra *Economia e sociedade*, além de integrar o movimento feminista em sua época.

Embora mais erudito que político, Weber foi membro do Partido Democrático alemão e militante na formação da Constituição do país. Morreu de pneumonia em 1920, em Monique, deixando um modelo claro e coerente de metodologia para Ciências Sociais, marcado por seis pontos fundamentais: a neutralidade axiológica (de valores e interesses), a compreensão sociológica, a pluricausalidade, a construção do tipo ideal, o paradoxo das consequências e a diferença entre a ética da responsabilidade e da convicção.

Para ele, a sociologia deveria observar a continuidade dos processos e dos vínculos nas relações sociais, e ser cientificamente motivada por algo que justificasse sua seleção. Contudo, é fundamental manter a objetividade do conhecimento

em Ciências Sociais: para Weber, a ciência não dá o sentido do mundo, não deve fazer juízos de valor, mas produzir análises e discussões de conhecimento empírico. Os valores estão na motivação do pesquisador, mas não podem permear o método e os resultados das análises do conhecimento.

De acordo com Cohn (1979), Weber é o autor que marca o pensamento sociológico contemporâneo. Marx, que no século XIX compreende a sociedade organizada por classes, precede Weber na Alemanha, sendo influente nos movimentos políticos desse país, e é com quem Weber dialoga na transição para o século XX. Mas, diferentemente desse, Weber vê a sociedade com diversas formas de organização social e constituição política: preocupa-se com ações e agentes da ação, e não com grandes estruturas já constituídas; preocupa-se em suas análises da sociedade com quem age, com qual modalidade de ação e os rumos a serem seguidos.

O pensamento weberiano, para Cohn, é essencialmente político: preocupado com a direção da orientação do agente social, de sua conduta e do seu sentido – a relação entre as metas e o motivo do agente social. Explica que, para Weber, as linhas trajetórias sociais são constituídas com base no sentido da ação de cada agente individual, cuja consequência é o somatório das diversas linhas de ação, que tecem o conjunto social (nem sempre articuladas, mas que se cruzam) e compõem o jogo social. Ou seja, o conjunto de crenças do sujeito requer determinada coerência em suas ações, determinando o sentido destas, uma vez que o comportamento é orientado pelas crenças do indivíduo. Se um grupo de sujeitos compartilha as mesmas crenças e age de acordo com estas, as crenças têm importante papel nas consequências coletivas, sejam políticas, econômicas ou culturais, uma vez que a sociedade é a expressão da teia das relações humanas/sociais.

Então sua complexidade: estabelece-se uma relação de significância e importância, não simplesmente causal. São múltiplos agentes que buscam cada um os seus objetivos e encontram resultados não planejados (no encontro com o outro na esfera pública) que compõem o desenrolar e o desenvolvimento da sociedade, o que impossibilita o planejamento racional dos resultados finais.

Para Weber, é universal que as crenças regulam o comportamento humano, o que é fundamental para a construção

política da sociedade. O processo racionalizador do Ocidente, desse modo, teve como consequência o advento da modernidade, mas *influenciado pelas crenças dos sujeitos*.

Assim, Weber se opõe não a Marx, que apenas amplia a visão da ação dos agentes não reduzindo-a à economia, mas opõe-se a Durkheim, que compreende a sociedade como um corpo concreto e estruturado. Assim como Marx, Weber considera a relação causal entre agente, ação, sentido e consequência, contudo observando a *multiplicidade* de fatores que compõem tal *rede de relações*: poder, liderança carismática e dominação. Para Weber, a sociedade é um campo de forças dinâmicas, com tensões de continuidade, e disso se trata a análise social: o motor da sociedade são as idéias e as relações que se travam a partir destas.

De acordo com Michael Lowy (1999), embora com elementos positivistas, Weber faz críticas ao positivismo quando afirma uma regularidade social, mas não decorrente da natureza, mas das relações sociais. Para Weber, toda ciência e cultura implicam uma relação de valores orientadores da conduta, mas não acredita em valores universais: os eventos e valores devem ser analisados dentro do seu contexto sociocultural específico.

Sendo assim, Weber reconhece os valores fundamentais para o início do trabalho científico, na interrogação que guia a pesquisa desde seu princípio – embora provoque tensão na análise: os valores, também do pesquisador, direcionam seu interesse na seleção do objeto, na direção da pesquisa e na escolha do aparato conceitual com o qual se trabalha. Por isso, é tão relevante tomar distância deles na análise científica, para que a visão de mundo do pesquisador não enviesasse o resultado da pesquisa, apesar de intervir na argumentação científica.

O método weberiano é marcado pela explicação compreensiva da ação humana não a fim de justificar as consequências, mas para entender o processo das relações sociais e seus desdobramentos. Para Weber, a compreensão é o momento fundamental para a explicação dos fatos sociais: evidencia o elemento de motivação racional da ação social no sentido dos valores culturais, não exclusivamente individuais, ao interpretar a ação social e seu desenvolvimento.

Por tal aspecto, apresenta certo distanciamento entre seu pensamento e de Marx. Weber opõe-se à idéia da mono-

causalidade para um fato social, afirmando a existência da pluricausalidade baseada na dotação de sentidos na ação humana: a cultura, a economia, a religião, a política etc. Diferentemente de Marx, que aponta a economia como fundamental fator para o desenvolvimento do capitalismo, Weber observa o caráter subjetivo na ação do sujeito nos sentidos atribuídos e determinantes da ação pessoal e das relações sociais. Para Weber, a História é um processo multifatorial, e a análise social não deve desprezar tal condição.

Desse modo, em seu olhar da sociedade moderna e de seu sistema capitalista, Weber observa na religião afinidades e tensões no modo como a orientação da conduta de vida se dá em diferentes esferas, na congruência entre sentidos que o ser humano imprime às suas ações: a ação social é um processo com elos de significados. De acordo com Martelli (1995, p. 76), que discute o processo de racionalização, “imagens religiosas do mundo exercem um papel fundamental na formação das sociedades”.

Com tais pressupostos lógicos, Weber chega à sua tese sobre a relação entre o capitalismo, a sociedade moderna e a religião como nicho de crenças, sentido e motivo no desenrolar do processo histórico do Ocidente, apontando a relação entre religião e sociedade.

Para Weber, o impulso inicial do processo de racionalização no Ocidente desencadeia-se da desmitificação da natureza pela sociedade ocidental após tal posicionamento protestante diante da mensagem bíblica, sem, no entanto, ser esse efeito intencional do movimento da Reforma. Ou seja, como explica Martelli (1995), para Weber, a religião exerce influência sobre a vida econômica ao elaborar os pressupostos e as crenças básicos para o comportamento pessoal de cada sujeito social.

Sendo assim, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, com base na construção do tipo ideal do religioso reformado, com seus traços recorrentes – ainda que nem sempre correspondente à realidade de todos esses indivíduos –, Weber (1997) consegue observar traços fundamentais para conceituar seu objeto de pesquisa: a relação entre as relações sociais, religião e economia. Assim, aponta que o protestantismo, sobretudo calvinista, ao propor a mudança do olhar sobre o trabalho, reconceituando o sentido da vocação, cria pressupostos

para a transformação das relações sociais e da economia na Europa pré-moderna.

Em suma, para Weber os pilares fundamentais da ética de convicção, das crenças e da fé reformada – vocação, poupança e honestidade – somados à postura ascética racional religiosa calvinista deram nova conotação para o sentido das ações humanas, tendo como consequência não intencional o desenvolvimento do sistema capitalista de trabalho e acúmulo de bens materiais.

As sociedades humanas atribuem sentido à irracionalidade do mundo e da vida por meio do pensamento religioso; assim, o processo de racionalidade parte do que não é racional em si, mas o judaísmo e o cristianismo, pela noção de conquista e domínio do mundo, levam a essa racionalidade. Em sua sociologia compreensiva, Weber aponta que o sentido subjetivo na ação gera o comportamento, tendo uma consequência social. Desse modo, não se explicam as ações ou os processos sociais sem compreender o sentido subjetivo das ações individuais que os geraram. Na modernidade, a religião altera seu lugar: de coisa pública passa para esfera da vida privada, mas continua influenciando a sociedade. Para Weber, a modernidade é caracterizada pelo processo racionalizador que ele aponta como pivô do processo em que ela mesma se aprisionaria, o capitalismo.

## 4. A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA, SOCIEDADE E RELIGIÃO EM WEBER

---

Para sua sociologia da religião, Weber define que o objeto de análise não é a fé ou a própria essência da religião, mas o conjunto de crenças e doutrinas, ritos, valores, símbolos etc. que definem a visão de mundo do sujeito, determinando seus comportamentos individuais e grupais, e gerando efeitos sociais ou coletivos. Em sua compreensão da sociedade, Weber vê a religião como fato social responsável pelo desencadeamento de fatores determinantes do sistema econômico.

De acordo com sua compreensão, a Reforma Protestante foi historicamente determinante da formação de uma nova visão de mundo na Europa, marcando a mudança de

pensamento medieval para as bases das perspectivas modernas de valores e de vida prática. Ao analisar os valores e as crenças reformados, sobretudo calvinistas, Weber explica os motivos de alteração de conduta que delimitam novas modalidades de relações sociais, que marcam a modernidade e o sistema capitalista.

A convicção de que a vocação era um chamado divino, pessoal a cada ser humano, para a realização de uma tarefa e responsabilidade social, altera a visão negativa sobre o trabalho que permeou a Idade Média, bem como fundamenta um dos principais valores modernos: o da igualdade entre todos os humanos, clérigos ou não. Sendo o trabalho tal relação sagrada, era coerente que cada um recebesse sua remuneração apropriada, e seus frutos não fossem desperdiçados de forma desagradável a Deus: portanto, deveria ser utilizado de forma modesta, para uma vida digna, porém simples. Weber aponta que a combinação entre valorização do trabalho e legitimidade de ganhos autenticada pelo cristianismo reformado rompe com a visão medieval que associava o trabalho à punição e o ganho material ao pecado. Ou seja, são as crenças e os valores religiosos os responsáveis por uma nova visão de mundo que, por sua vez, irrompe novos comportamentos individuais e relações sociais: acredita-se que o trabalho agrada a Deus, que os lucros são frutos naturais dessa ação, bem como sinais da predestinação divina à salvação, portanto que não devem ser gastos em imoralidade, mas utilizados com moderação, e o excedente deve ser guardado. Assim, torna-se coerente a motivação ao trabalho para a pessoa confessada reformada, pois essa seria a forma de realizar em sua vida a vontade divina; seus rendimentos eram-lhe significados como sinais divinos dessa satisfação, bem como o seu acúmulo significaria a predestinação à salvação eterna de sua alma. O trabalho voltado para geração de excedente e seu acúmulo tornaram-se a base do sistema econômico que define a modernidade: o capitalismo.

Essa, no entanto, não era a intenção da Reforma, mas um paradoxo de suas conseqüências. O terceiro e fundamental pilar da ética reformada, a honestidade, que apontava que todos deveriam ser transparentes em seus negócios, bem como trabalhar não pelo dinheiro – que era apenas um meio –, mas para realizar a vontade divina – o verdadeiro fim do trabalho

–, acabou por ser formalizada pelo sistema capitalista como auditorias e investigações preventivas a furtos e à desonestidade. Na prática cotidiana, o trabalho passa a desenvolver-se não em razão da vocação, do chamado divino, mas com base no lucro e no acúmulo material, o que aprisiona o ser humano no que Weber chama de “jaula de ferro”, definindo a irracionalidade como oriunda da racionalização proposta pela modernidade.

De acordo com Lowy (1999), Weber assume uma postura ambivalente e contraditória em relação ao capitalismo, por ser, simultaneamente, burguês e intelectual influenciado por posições anticapitalistas. Weber rejeita as idéias socialistas e em alguns pontos de sua obra aponta argumentos positivos ao capitalismo, aceitando o modo de vida burguês como inevitável. Em alguns textos, faz crítica clara, pessimista e radical aos paradoxos da racionalidade capitalista. Contudo, de acordo com Sayer (in LOWY, 1999, p. 69), “sob alguns aspectos, sua crítica do capitalismo, como força que nega a vida, é mais incisiva que a de Marx”. Porém, sua crítica difere dos temas abordados por Marx: não se atém à exploração, às lutas do proletariado, nem condena a expansão colonial. O que Weber aponta são os limites e as contradições da racionalidade,

a contradição profunda entre as exigências da racionalidade formal moderna – de que a burocracia e a empresa privada são a encarnação típica – e as da autonomia do sujeito atuante (LOWY, 1999, p. 70).

Para Weber, a busca por calculabilidade e eficácia leva à burocratização e reificação das atividades humanas, que levam a modernidade à crise. Formula diagnóstico pessimista e resignado da crise da racionalidade na modernidade, advinda do paradoxo das conseqüências do capitalismo. Para Lowy (1999), há dois aspectos distinguíveis, porém ligados, na crítica weberiana ao capitalismo:

- Inversão entre meios e fins: o acúmulo do dinheiro como bem supremo da vida aponta o dinheiro como fim em si mesmo.

O dinheiro é a tal ponto considerado como um fim em si, que aparece inteiramente transcendente e absolutamente irracional

sob a relação “felicidade” do indivíduo ou da “vantagem” que este pode experimentar ao possuí-lo. O lucro tornou-se o fim a que o homem se propõe; ele não lhe está mais subordinado como meio para satisfazer suas necessidades materiais. Esta inversão do que chamaríamos de o estado natural das coisas tão absurdo de um ponto de vista ingênuo, é, manifestamente, um dos motivos característicos do capitalismo e continua inteiramente estrangeiro/estranho a todos os povos que não respiraram com o próprio fôlego (WEBER in LOWY, 1999, p. 71).

Desse modo, a economia capitalista revela-se irracional do ponto de vista da sustentabilidade humana, por incentivar o acúmulo material muito maior que a necessidade do indivíduo como a realização da sua felicidade. Assim, Weber aponta o absurdo do sistema, apesar da sua racionalidade econômica: a irracionalidade – o que, nesse ponto, tem afinidade com a crítica de Marx, no que se refere à subordinação alienada do ser ao ter.

- Aprisionamento do ser humano a um sistema que a humanidade mesma criou, configurando a perda da liberdade e da autonomia do indivíduo (“jaula de ferro” – a ética protestante e o espírito do capitalismo). Weber aponta a independência do espírito capitalista dos valores éticos que o promoveu, e esse espírito passou a funcionar com valores que, em vez de protegerem o sujeito, aprisionam-no. Essa perspectiva também aproxima-se da crítica de Marx, ao denunciar que o sistema capitalista restringe ou elimina a liberdade humana – ainda que um aponte apenas a liberdade do proletariado e o outro a do burguês inclusive.

De acordo com Karl Lowith (in Lowy, 1999, p. 73-74), há aproximações entre a “dialética da razão” de Weber e a problemática apontada por Marx:

A irracionalidade específica que se forma no interior do processo de racionalização [...] aparece para Weber em termos de relação entre meios e fins [...] transformados em fins em si, os meios tornaram-se independentes e perdem, assim, sua “significação” ou objetivo originário, isto é, perdem sua racionalidade originária orientada para os seres humanos e suas necessidades. Esta inversão caracteriza toda a civilização moderna cujas estruturas, instituições e atividades são, deste modo, “racionali-

zadas” [...] porque aprisionam e determinam a humanidade como uma “jaula de ferro”. O comportamento humano, a partir do qual essas instituições inicialmente surgiram, deve agora, por sua vez, adaptar-se à sua própria criação que escapou ao controle de seu criador. O próprio Weber disse que aqui se encontrava o verdadeiro problema da cultura – racionalização em direção ao irracional – e que Marx e ele estavam de acordo quanto à definição desse problema tendo uma avaliação divergente. [...] Essa inversão paradoxal [...] manifesta-se exatamente no tipo de atividade cuja mais íntima intenção é ser especificamente racional, a saber, a atividade racional. É precisamente aqui que se torna plenamente visível que um comportamento é puramente racional em vista de que, em sua intenção, uma finalidade no processo de racionalização se transforma, inexoravelmente, em seu contrário.

Para Giddens, Weber estava comprometido com o nacionalismo e a ênfase na primazia do Estado. Assim, sua atitude em relação ao Partido Social Democrata era singular. Weber se separava da defesa do Estado alemão, bem como via a classe trabalhadora como incapaz de conduzir a nação. Concordava que a classe trabalhadora deveria gozar plenamente os direitos de representação política (tal qual a defesa social democrata), mas considerava-a imatura politicamente, por causa do fervor revolucionário dos seus líderes. Também desdenhava as reivindicações de poder dos *Junker*, aristocracia fundiária da Prússia, considerando-os decadentes, mesmo reconhecendo sua influência entre os oficiais e na burocracia governamental. De acordo com, Giddens (1997, p. 81):

A principal fonte de esperança, assim, para um Estado alemão que deveria manter sua integridade nacional, mas atingir um índice de democracia compatível com uma sociedade industrializada, estava no fortalecimento da burguesia liberal. Weber chegou a enfatizar de modo crescente que isso significava desenvolver um sistema governamental que conferiria ao parlamento poder político real.

Para Weber, o país estava sem liderança política que controlasse a burocratização. Assim, sua atitude em relação à possibilidade de socialismo no país era uma conseqüência lógica ao seu pensamento contra a burocratização (a economia

planejada do governo socialista geraria uma repressão burocrática maior). Ainda que suas concepções sobre o partido permanecessem estáveis ao longo de sua vida, sua avaliação sobre a própria posição diante o partido se transformou por causa da alteração da estrutura política e social do país: como o partido se integrava crescentemente na ordem parlamentar, Weber se encontrava próximo e via-se indistinguível dele. Contudo, sobre o marxismo era que os objetivos de revolução e instituição de uma sociedade sem classes eram discordantes do seu papel na política alemã. Já em relação às contribuições acadêmicas dos autores marxistas, de acordo com Giddens (1997, p. 82):

É importante reconhecer que grande parte dos escritos de Weber sobre o capitalismo e religião foram elaborados no contexto do aparecimento de uma avalanche de trabalhos intelectuais que reclamavam ancestralidade marxista, mas muitos deles utilizavam também o que Weber via como vulgarização da idéias de Marx, ou se afastavam consideravelmente do que ele considerava ser as principais posições do materialismo histórico de Marx.

Weber reconheceu contribuições distintas e valiosas para a história, a economia e o direito de autores marxistas. Sua preocupação com a religião como fenômeno social pode ser a gênese de sua refutação ao materialismo histórico no que se refere à concepção unilateral de religião dessa concepção. Era simpático a idéias dos “revisionistas” marxistas:

aceitando que o capitalismo moderno não estava marcado por uma diferenciação progressiva entre uma minoria crescente rica e uma massa “pauperizada”; que a classe média de colarinho branco não desenvolveu uma identidade de consciência de classe em relação à classe dos trabalhadores manuais; e que não havia qualquer sinal de uma ruína cataclísmica iminente do capitalismo (GIDDENS, 1997, p. 83).

Isso, no entanto, não significa que daí extraísse suas concepções.

Weber não via o capitalismo dirigindo-se à luta de classes e reconhecia a existência de múltiplas divisões de interesse

social. Sua relação com os pensadores marxistas de seu tempo era complexa em razão da variedade de posicionamentos assumidos por aqueles que se diziam seguidores de Marx. Quanto às suas concepções sobre Marx, Weber considerava que este fizera contribuições fundamentais à análise da história e sociologia.

Via, contudo, nas teorias de Marx apenas fonte de intuição para elucidar as seqüências específicas do desenvolvimento histórico: em sua concepção,

a atribuição de Marx de uma ‘direção’ global ao movimento da história era tão ilegítima quanto a filosofia hegeliana da história tinha contribuído para seu nascimento (GIDDENS, 1997, p. 84).

Aceitava o uso de “etapas de desenvolvimento” para compreensão dos fatos históricos, mas rejeitava a utilização de esquemas deterministas baseados em qualquer tipo de teoria geral do desenvolvimento histórico. Afirmava que a tese de que fatores econômicos explicavam de modo final o curso da história era falsa, e que havia a necessidade de definição precisa do conceito “econômico”. Weber sugere a distinção entre “fenômenos econômicos”, “economicamente relevantes” e “economicamente condicionados”

Definia ação econômica como ação por meio pacífico de adquirir controle das utilidades necessárias, considerando a religião como um tipo de ação humana que, sem ser econômica em sua definição, era importante ao fenômeno econômico ao influenciar necessidades e inclinações dos indivíduos para adquirirem ou fazerem uso de utilidades. Era uma das formas economicamente relevantes de ação. Distinguia-a dos fenômenos economicamente condicionados, que definia como ações também não econômicas causalmente influenciadas por fatores econômicos.

As fronteiras entre as conceituações propostas por Weber são de difícil distinção, isto reconhecido mesmo por ele, o que demonstra que

o calvinismo era tanto economicamente condicionado quanto economicamente relevante em relação à formação precoce do capitalismo racional na Europa Ocidental (GIDDENS, 1997, p. 85).

Weber aponta que Marx também falha conceitualmente sobre sua interpretação de “econômica” na distinção entre “econômico” e “tecnológico”, pois um modo de tecnologia se associa com vários tipos de organização social, e vice-versa. Contudo, Marx não limitava a concepção de interesse de grupo a interesses econômicos, mas a outras esferas da vida social (partidos políticos, religião, etc.).

O que mais separa Weber de Marx é a visão epistemológica de cada um: enquanto Weber faz “separação lógica total entre fato e valor [...] asserção correlata da irredutibilidade de valores de competição” (GIDDENS, 1997, p. 86), Marx afirma a ética de fins últimos, a “concepção total” da história.

## 5. POSICIONAMENTOS DE MARX

A crítica anticapitalista atravessa toda a obra de Marx e lhe dá coerência, porém revela evolução, sempre baseada em valores e critérios implícitos. De acordo com Lowy (1999), esses valores se definem em quatro principais prismas: os valores éticos universais (liberdade, igualdade, justiça etc.) articulados de modo coerente como um humanismo revolucionário, que rejeita a ética do capitalismo; prisma do proletariado, como vítima e potencial coveiro do sistema (perspectiva classista), o que possibilita tanto a crítica como a reinterpretação dos valores universais para todas as classes; utopia da sociedade pós-capitalista emancipada; e formas sociais e culturais mais humanas, já existentes no passado, e destituídas pelo capitalismo, como referência para uma vida comunitária sem opressão.

O mesmo autor afirma que são cinco os temas fundamentais da crítica marxista anticapitalista:

- Injustiça da exploração, que denuncia o fundamento do capitalismo no trabalho suplementar não remunerado dos trabalhadores como fonte de renda e lucro que leva à exploração de crianças, a salários miseráveis, à desumanização do trabalho e à exploração do trabalho humano, que configuram manifestações extremas de tal injustiça.
- Perda da liberdade pela alienação, fomentando o fetichismo pela mercadoria, em que o trabalhador é dominado pelo próprio produto, num processo de alienação (perda da autonomia e da existência) que conduz à idolatria do mercado.

- Quantificação venal, a vida social quantificada com base na regularização capitalista do valor de troca, do cálculo do lucro, da acumulação de capital, que destituiu o valor qualitativo das relações humanas, numa substituição do Ser pelo Ter:

[...] em que tudo, enfim, passou para o comércio. É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal, ou, para falar em termos de economia política, o tempo em que qualquer coisa, moral ou física, tendo-se tornado valor venal, é levada ao mercado para ser apreciada por seu valor adequado (MARX in LOWY, 1999, p. 67).

- Irrracionalidade que aponta o excesso de produção em descompasso com a fome e as condições de miséria da maioria da população.
- Barbárie moderna em que o capitalismo, embora promotor do progresso e desenvolvimento das forças produtivas (o que deveria promover melhores condições materiais numa nova sociedade livre e solidária), também representa uma regressão social ao provocar calamidades pelo progresso econômico.

Há outras questões de relevante importância na crítica marxista ao capital para a atualidade: a denúncia dos horrores da expansão colonial capitalista (extermínio dos indígenas, tráfico de africanos, guerras de conquista) e a agressão do modo de produção capitalista à natureza.

Giddens (1997) afirma que Marx não escreveu uma apresentação sistemática do “materialismo”; inicia a construção de seu pensamento com base em Hegel e em outros estudiosos de sua crítica, da crítica da religião, configurando “Deus” como cara projeção mítica e idealizada da humanidade, alienada na busca de perfeição. Mas Marx não aceitava a perspectiva de Feuerbach de que para eliminar a alienação era necessário desmitificar a religião e trazê-la para o nível da racionalidade:

A principal falha de todo materialismo prévio (inclusive de Feuerbach) é que o objeto, realmente, a sensação, é concebido sob forma de objeto da percepção, mas não como atividade humana sensível, prática, não subjetivamente (MARX in GIDDENS, 1997, p. 88).

Para Marx, o materialismo era o fio condutor; chega à conclusão de que as idéias são produtos sociais que só poderiam ser explicadas pela análise das formas particulares da sociedade: rejeita qualquer forma de esquema que defina épocas históricas. Em seu pensamento, a estrutura de classes é efeito da relação de proeminências das idéias na sociedade, pois as idéias de uma época são as idéias da classe dominante (ideologia política). Sua concepção de religião e de Deus circunscreve o reflexo da realidade material, o conjunto de valores e ideais oferecidos e pelos quais as pessoas se empenhavam; para Marx, Deus é o ideal de como a humanidade deveria ser (imagem de esperança), e há uma dialética entre idéias religiosas e ações sociais:

em outras palavras, a posição de Marx não é incompatível com o reconhecimento das características únicas e da influência do protestantismo ascético na Europa (GIDDENS, 1997, p. 89).

Sua discussão se torna próxima de Weber quanto ao desenvolvimento histórico na Europa: atribui importância às primeiras formas de desenvolvimento do capitalismo na Roma antiga que se encaminhou a um ponto morto, mas com o propósito inicial de acumulação de riqueza para uso próprio com fim em si mesma. Marx reconhece a existência de outras formas de capitalismo antes da sociedade burguesa, com atividades mercantis em grupos marginais. Em relação ao cristianismo no desenvolvimento das sociedades européias, Marx não questiona a validade da importância da religião para o desenvolvimento dessa sociedade, considerando sua relevância na formação moral quando Roma decaía, bem como quando Lutero supera a servidão medieval pelo conceito de vocação, instaurando a autoridade da fé, considerando tal feito como a libertação da religiosidade exterior e introdução do homem à religiosidade interior.

Marx conhecia o caráter ascético e racional do capitalismo europeu moderno, analisando a dominação do dinheiro nas relações sociais humanas e na busca do dinheiro como fim em si, símbolo da alienação humana no sistema. Em seus termos:

O capitalismo era ascético no fato de que as ações dos capitalistas se baseavam em auto-renúncia e em um reinvestimento con-

tínuo dos lucros [...] A economia política, a ciência da riqueza, é, assim, ao mesmo tempo, a ciência da renúncia, da privação, da poupança [...] Seu verdadeiro ideal é o avaro agiota ascético e o escravo ascético mas produtivo (MARX in GIDDENS, 1997, p. 91).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Weber e Marx apresentam posições políticas diferentes em relação ao capitalismo. Enquanto Marx aponta que o capitalismo se instalou e a religião é um dos instrumentos que utiliza para manter a massa contida na alienação, vendo a necessidade de romper e mudar tal estrutura por meio da revolução, Weber se restringe a analisar o processo pelo qual o capitalismo se instalou, no propósito de manter a neutralidade sem se posicionar. Dessa forma, definir sua contribuição à sociologia rotulando-o de “teórico da burguesia” significa falta de conhecimento sobre seu trabalho.

Para Weber, só é possível a compreensão da sociedade observando suas diversas relações internas, a religião entre elas. E só é possível compreender as peculiaridades da religião por meio dela mesma. Assim, conclui que o processo racionalizador do *ethos* protestante promove, não intencionalmente, o capitalismo. O fato de explicar tal processo não significa que Weber o legitime; ao contrário, apontando o paradoxo da consequência, afirma que tal processo leva à irracionalidade da desumanização do ser humano pelo trabalho e pelo capital, cerceando sua liberdade.

Sendo assim, a discussão de Weber e Marx não é em si sobre a legitimidade do sistema, ambos concordam que o capitalismo significou uma evolução ao processo de produção, reconhecendo a necessidade do capitalismo e da revolução burguesa para o desenvolvimento da humanidade. Ambos concordam que o capitalismo é revolucionário no momento histórico de sua iniciação, rompendo com o feudalismo medieval. Também compartilham a observação das consequências negativas do sistema para a vida moderna. Diferenciam-se quanto ao posicionamento e à ideologia em relação a esta realidade: enquanto Marx acredita na superação do capitalismo pela ação revolucionária do proletariado, Weber restringe-se à análise e à crítica da sociedade moderna.

De acordo com Laurent Fleury (2003), Weber observa o sentido no horizonte sócio-histórico, em que não existem fatos fora do contexto de sua produção e fora do sentido que lhes é dado. Para ele, Weber e Marx compartilham questões (capitalismo, burocratização), temáticas (coisificação próxima ao conceito de reificação de Marx) e o projeto (explicar causalmente as formações sociais por uma reciprocidade entre as práticas e os constrangimentos institucionais ou estruturais), e divergem na crítica de Weber à hipótese materialista de Marx, cujo primado único é o agente econômico para explicar o desenvolvimento do capitalismo. Weber compreende o capitalismo com a influência social dos valores encarnados numa ética específica.

Giddens (1997) aponta que há distinção básica entre os elementos históricos na relação entre os escritos de Marx e Weber, e os escritos desse não configuram em si uma refutação dos escritos daquele. Os estudos de Weber tanto destroem alguns aspectos das interpretações marxistas como resgatam Marx contra alguns de seus discípulos confessos.

Weber escreve num momento histórico em que a maior importância para Alemanha diferia daquela dada na época dos estudos elaborados por Marx. No tempo de Weber, a continuidade do pensamento de Marx na Alemanha era mantida pelo Partido Social Democrata, do qual fez parte, embora com críticas às interpretações do partido sobre o que Marx escreveu, apontando que tal interpretação aproximava-se mais do pensamento de Engels que de Marx.

Paralelamente, na reafirmação da concepção original de Marx por Weber, há a rejeição de aspectos centrais da análise de Marx sobre o capitalismo e de suas esperanças por uma nova sociedade por meio da revolução que o superaria. Weber analisa a irracionalidade proposta pela burocratização racional, mas somente via possibilidade da “imersão da autonomia humana e da individualidade na burocratização da vida moderna, que a tudo se estendia” (GIDDENS, 1997, p. 94).

Lowy (1999) afirma que, embora com diferenças inegáveis, Weber e Marx apresentam aproximações na avaliação que fazem do capitalismo, compartilhando a compreensão de que em tal sistema os indivíduos são comandados por abstrações, as relações são impessoais e tornam-se produto, e o acúmulo do capital torna-se fim em si mesmo. Além disso, am-

bos apresentam postura crítica em suas análises, contudo, enquanto Weber é observador fatalista e resignado do modo de produção que lhe parece inevitável, Marx crê na possibilidade de superação do sistema por meio da revolução socialista operária.

Para Lowy (1999), Weber, ao contrário de Marx, não percebe a dominação do valor de troca sobre as atividades humanas: a monetarização das relações sociais humanas, bem como a despoetização do mundo. No entanto, ambos partilham a idéia da irracionalidade substancial do capitalismo (que não contradiz sua racionalidade formal ou parcial). Ambos referem-se à religião para explicar tal irracionalidade.

Sendo assim, Weber se ocupa com a origem desse irracionalismo, associando a ética protestante ao impulso ao espírito do capitalismo que, independentemente dela e de seus valores, transformou-se na prisão contemporânea, enquanto Marx acredita que a origem do processo de irracionalidade está ligada ao decurso brutal de expropriação da acumulação primitiva de capital, sendo característica essencial do modo de produção capitalista como processo alienado. Nesse sentido, assemelha-se à alienação religiosa em que o ser humano é dominado por seu próprio produto: seja a produção material (capitalismo), seja a idéia de Deus (religião).

Para Giddens (1997), a dificuldade de interpretação das aproximações intelectuais entre Marx e Weber concentra-se na concepção de que Weber refuta o materialismo de Marx e nas considerações de que grande parte de sua sociologia encaixa-se no esquema marxista. Existem pontos centrais e de similaridade e de divergência entre os autores: necessidade de reconsideração da natureza do materialismo histórico e da concepção marxista da origem do capitalismo, respeitando as afirmações weberianas sobre o tema da sua relação com Marx. Weber separa conhecimento factual e ação dirigida por valores, o que não obscurece sua ênfase na importância da análise sociológica e histórica em relação à participação política: as idéias importantes de Weber encontram-se em seus escritos políticos e não nos acadêmicos. A avaliação entre as diferenças entre os teóricos depende de uma avaliação das concepções de Marx e da crítica de Weber sobre elas.

De acordo com Giddens (1997), a concepção de Marx e o tratamento empírico do papel da ideologia na sociedade são bastante compatíveis com os estudos de sociologia da reli-

gião de Weber. Marx e Weber não afirmam concepções idênticas quanto à história e origem do capitalismo, embora sejam congruentes. Weber não acreditava que a história humana fosse racional, tal qual o fez Marx: para Weber, a dinâmica revolucionária da histórica se constituía pela emergência periódica de movimentos carismáticos, e não poderia ser conectada a nenhum padrão. Marx assimilava o poder econômico e político mais que Weber, ao sublinhar a importância da classe e dos interesses econômicos na sociedade, e antecipou Weber ao reconhecer

o paralelo entre a organização dos exércitos profissionais e a separação dos trabalhadores do seu produto no capitalismo moderno (GIDDENS, 1997, p. 92).

---

## REFERÊNCIAS

BIRNBAUM, N. Interpretações conflitantes sobre a gênese do capitalismo: Marx e Weber. In: GERTZ, R. *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 99-119.

COHN, G. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Weber*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes cientistas sociais).

FLEURY, L. *Max Weber*. Lisboa: Edições 70, 2003.

GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 1997.

LOWY, M. Marx e Weber: críticos do capitalismo. *Revista de Cultura Vozes*, n. 2, p. 63-75, mar./abr. 1999.

LOWYTH, K. Max Weber e Karl Marx. In: GERTZ, R. *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTELLI, S. Weber: as imagens religiosas do mundo e o processo de racionalização. In: \_\_\_\_\_. *A religião na sociedade pós-moderna*. São Paulo: Paulinas, 1995.

WEBER, M. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: *Max Weber*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os pensadores).

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 12. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

ZANDER, J. O problema do relacionamento de Max Weber com Karl Marx In: GERTZ, R. *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1997.